

Governadores barganham com FH

ALEXANDRE PINHEIRO E
SONIA CARNEIRO

BRASÍLIA — Os nove governadores do PMDB apoiarão a reeleição, se o presidente Fernando Henrique reduzir a 6% de suas receitas o gasto com o pagamento das dívidas dos estados com a União. Os governadores aceitam ampliar os cortes de gastos e acelerar as privatizações, mas estão ressentidos por não terem obtido êxito na renegociação das dívidas de seus estados. O problema é que, sem dinheiro para investimentos, poucos poderão ser candidatos à reeleição.

Para abrir canais de comunicação entre os governadores pemedebistas e o Palácio do Planalto, Antônio Britto, do Rio Grande do Sul, ouviu pessoalmente as reclamações dos colegas e avaliou as possibilidades de um acordo que permita ao PMDB antecipar sua convenção nacional. A idéia é alterar a decisão do partido que impede a discussão da reeleição este ano. Britto também discutiu com os governadores de seu partido a possibilidade de se votar à emenda da reeleição em janeiro.

Facilidades — Os governadores do PMDB querem que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, conceda aos estados as mesmas facilidades obtidas do FMI na renegociação da dívida externa. Prazos mais longos e juros mais baixos, reivindicam os governadores ouvidos por Britto. "Sempre apoiamos a reeleição, mas não podemos continuar comprometendo por mês toda a nossa arrecadação com o pa-



Britto vai levar proposta: renegociação de dívida por apoio à reeleição

gamento de dívidas", disse José Maranhão, da Paraíba.

O governador do Piauí, Francisco de Assis, o Mão Santa, vem pagando R\$ 9 milhões por mês em dívidas, comprometendo 15% da receita estadual, mas quer reduzir esse desembolso para no máximo 6% da arrecadação. O pagamento do funcionalismo está atrasado quase dois meses e faltam recursos para obras sociais.

Para Divaldo Suruagy, de Alagoas, a questão da reeleição é pacífica no PMDB, e a direção nacional está "isolada" quando prega o adiamento da decisão. "O proble-

ma é que a crise financeira poderá provocar a ingovernabilidade", alertou Surugay, que deseja incluir na proposta a ser apresentada ao Senado a suspensão negociada do pagamento das dívidas com os bancos estaduais por 90 dias.

A missão Britto, como está sendo chamado o périplo do governador gaúcho pelos estados, começou por Rondônia. Lá o governador Valdir Raupp reclamou que já fez todos os ajustes que o governo federal recomendou, demitindo 10 mil funcionários. "Rondônia já fez sua parte e até agora nada", protestou Raupp. Lá o problema é a inadimplência do estado com o INSS,

pois a dívida estadual é uma das menores.

Britto conversou também com Maguito Vilela, de Goiás; Paulo Afonso, de Santa Catarina; e Wilson Martins, de Mato Grosso do Sul. Mesmo os que já renegociaram suas dívidas, caso do próprio Britto, gostariam de ampliar suas vantagens.

Proposta — Alheio às articulações da reeleição, o governador do Distrito Federal, Cristóvam Buarque (PT), encaminha hoje aos 19 governadores que se mobilizam para refinar suas dívidas a proposta de renegociação de R\$ 90 bilhões. O documento foi elaborado a partir das sugestões recebidas no encontro de segunda-feira passada, em São Paulo, e será remetido ao Senado até o fim da semana.

"A questão é como liberar os estados da prisão financeira causada por um endividamento que não foi contraído pelos atuais governadores", disse Cristóvam. Só a dívida da mobiliária (em títulos) supera R\$ 40 bilhões. O débito com a Caixa Econômica Federal, decorrente do programa de ajuste das finanças estaduais, é de R\$ 2,5 bilhões.

O secretário do Tesouro Nacional, Murilo Portugal, afirmou, na semana passada, que os estados são os principais responsáveis pelo déficit público. As previsões oficiais apontavam para um déficit de R\$ 18 bilhões nas contas públicas este ano, mas o próprio governo já fala em R\$ 25 bilhões.